



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 12 de julho de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Política industrial terá desoneração da folha ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> SBPC pede debate do Código a Sarney ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Política industrial do governo Dilma terá quatro blocos..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>CORREIO DA PARAÍBA</b> Fábrica da Fiat beneficiará a Paraíba ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>VALOR</b> Pacote 'Brasil Maior' vai socorrer setor industrial..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>VALOR</b> BMW já negocia área para fábrica no Brasil ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>VALOR</b> LDO reduz fiscalização legislativa sobre obras ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>FOLHA.COM</b> Mercadante quer replicar modelo de tablets em outros produtos ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Política industrial terá desoneração da folha</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Governo quer fazer da medida, de forte impacto para as empresas, um contraponto a eventuais críticas à falta de outros cortes de impostos**

**Renata Veríssimo e Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

A presidente Dilma Rousseff quer transformar o anúncio da desoneração da folha de pagamentos das empresas na grande estrela da Política de **Desenvolvimento** da Competitividade (PDC), em elaboração no governo.

A medida, de forte impacto para as empresas, reduziria eventuais críticas à nova política, de que não deve avançar quase nada em outras reduções tributárias, como defende o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**.

Mesmo com o caixa reforçado este ano, a área econômica não vê espaço fiscal para perdas expressivas de arrecadação. "Não há muito espaço para desonerações tributárias. A presidente (Dilma Rousseff) está firme na decisão de fazer a meta de superávit primário este ano", afirmou uma fonte do governo.

As medidas que estão sendo fechadas no **Ministério do Desenvolvimento** são mais para desburocratizar e reforçar a defesa comercial do País, informou outra fonte. "Não tem nada de substancial, de grande impacto." Outras medidas com custo fiscal estão sendo calculadas pela Receita a pedido do gabinete do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

No leque de medidas em estudo, o governo deve dar estímulos para associações de empresas estrangeiras com grupos nacionais para instalação de unidades de **produção** no Brasil. Os estímulos poderão ser por meio de incentivos fiscais e concessão de financiamentos de bancos federais. Também deve passar a ser imediata a devolução de PIS e Cofins pagos pela indústria na compra de máquinas. Hoje, o prazo é de 12

meses. A Fazenda afirma que a medida depende de espaço fiscal.

O **Ministério do Desenvolvimento** quer ainda a redução de cinco anos para um ano da chamada "depreciação acelerada", pela qual as empresas podem declarar o valor pago na compra de máquinas como despesa, reduzindo o lucro e pagando menos Imposto de Renda. E essa é uma das medidas que sofrem resistências da Receita Federal. "A discussão não é simples. Quanto custa fazer tudo agora? A presidente vai ter de definir as ações que quer fazer este ano e no ano que vem", argumentou a fonte do governo.

As equipes trabalharam até durante o fim de semana para tentar avançar nas medidas. O **Ministério do Desenvolvimento** trabalha com a data de 21 de julho para o anúncio da PDC. A data é vista com poucas possibilidades pelo **Ministério da Fazenda**. Um estudo do **Ministério da Previdência Social** mostrando perdas para a arrecadação atravancou as discussões sobre a redução da alíquota de 20% paga pelas empresas sobre a folha de salários. A presidente Dilma determinou que as áreas técnicas da Fazenda e Previdência se entendam o mais rápido possível.

Atritos. O pequeno alcance da PDC nas outras áreas já provoca atritos também da Fazenda com o **Desenvolvimento**. Na semana passada, ao participar do 2º Brazil Business Summit, organizado pela revista The Economist, Fernando **PIM**entel afirmou que a política industrial vai aliviar a carga tributária sobre a inovação e insumos (como energia elétrica, telecomunicações e combustíveis). No mesmo evento, Mantega foi mais cauteloso.

A história mostra que os argumentos fiscais da Fazenda sempre prevalecem. A exceção foi depois da crise financeira, em 2008, quando o governo adotou medidas de estímulo fiscal para estimular a retomada.

A PDC será a primeira prova de fogo de **PIM**entel, que, agora, terá a chance de testar o tamanho do seu prestígio com a presidente. Já há uma percepção no **mercado** de que o ministro está desgastado, após anunciar datas para o lançamento da PDC que nunca se concretizaram.

#### **Data sem consenso**

○ **Ministério** do **Desenvolvimento** Indústria e **Comércio** trabalha com a data de 21 de julho para o anúncio da PDC. A data é vista com poucas possibilidades pelo **Ministério** da Fazenda.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>SBPC pede debate do Código a Sarney</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em carta, cientistas solicitam ao presidente do Senado que reforma do Código Florestal seja discutida na Comissão de Ciência e Tecnologia**

**Alexandre Gonçalves - O Estado de S.Paulo**

**ENVIADO ESPECIAL / GOIÂNIA**

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) enviaram carta ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em que pedem que a proposta do novo Código Florestal seja discutida na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) da casa. Por enquanto, o texto passará pelas comissões de Meio Ambiente e de Agricultura.

Os pesquisadores argumentam que a ciência poderia servir como um fiel da balança na disputa entre ambientalistas e ruralistas. "Se os ruralistas vencerem, o País perde. Se os ambientalistas vencerem, o País também perde", diz o engenheiro agrônomo José Antonio Aleixo. "A única forma de o País ganhar é não existirem vencedores. O interesse público deve prevalecer." Aleixo, pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenou o grupo criado pelas entidades científicas para discutir o Código.

Para a presidente da SBPC, Helena Nader, não faltou insistência aos cientistas. "Já enviamos várias cartas. Estamos sendo ignorados", disse, durante a 63.ª Reunião Anual da SBPC, iniciada anteontem em Goiânia.

Aleixo argumenta que a ausência dos pesquisadores na discussão torna o diálogo irreal. "Já disseram que, se não fosse autorizado o plantio nos morros a altitudes superiores a 1,8 mil metros, as videiras do Rio Grande do Sul estariam condenadas", exemplifica. "Mas o ponto mais alto da Serra Gaúcha não tem mais de 1,4 mil metros."

A carta enviada a Sarney diz que, sem participação da ciência, o novo Código "será, já de nascença, considerado defasado". Os cientistas argumentam que os limites rígidos de distância estipulados na atual proposta para determinar até onde as áreas devem ser preservadas (na beira de rios, por exemplo) só se justificam porque o texto em que a lei se

baseia foi escrito em 1965. A carta aponta que "um novo método quantitativo, baseado em imagens de radar e análises digitais de terreno", pode "definir com precisão as larguras funcionais de matas ciliares em função das características variáveis dos solos, da vegetação e dos rios". Não usar as imagens seria como obrigar pessoas diferentes a calçar sapatos do mesmo tamanho, compara Aleixo.

Há quem diga que os cientistas entraram tarde no debate. As discussões sobre o novo Código começaram há mais de dez anos, mas a academia só teria demonstrado disposição em maio de 2010. Silva responde que os pesquisadores nunca foram chamados para o debate, embora fossem atores óbvios no processo.

Márcio Astrini, coordenador da campanha **Amazônia** do Greenpeace, concorda que a comunidade científica foi alijada do debate. "O Senado tem o papel de abrir a discussão com a sociedade e corrigir os erros cometidos na votação do Código pela Câmara", diz. Segundo o ambientalista, as discussões no Senado devem incorporar também as demandas dos representantes da agricultura familiar.

Na noite de anteontem, Helena mencionou no discurso de abertura outros exemplos em que a academia teria sido ignorada, como a proposta que põe fim à exigência de pós-graduação para docentes do ensino superior (mais informações nesta página). Uma maior valorização dos cientistas no debate público tem sido demanda frequente nas conferências da reunião da SBPC.

Habilidade política. O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, citou em sua palestra, ontem de manhã, a "falta de habilidade política dos pesquisadores". "Quando eu era senador, sempre dedicava minha emenda de bancada - a mais nobre para um parlamentar - às universidades públicas paulistas (para que elas recebessem mais alguns recursos governamentais). Nunca recebi agradecimento. Se você faz a mesma coisa para uma cidade do interior, o prefeito monta uma festa. Ele sabe como aquilo é **importante** para seu mandato."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Política industrial do governo Dilma terá quatro blocos</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Estudo da Fiesp mostra receio de que novo plano repita 'pouca ousadia' de programa adotado pela gestão Lula**

**Empresários querem desoneração total da folha, mas equipe da presidente não concorda com medida**

**VALDO CRUZ**

**NATUZA NERY**

**DE BRASÍLIA**

A política industrial do governo Dilma pode ser lançada no fim do mês e deve manter a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para bens de capital como estímulo permanente visando aumentar a taxa de investimento brasileira.

Além dessa medida, a política vai ampliar o teto para pequenas e médias empresas exportadoras se enquadrarem no Supersimples, sistema que permite pagamentos menores de impostos.

A ideia é permitir que a receita anual acima de R\$ 2,4 milhões -obtida com exportações- também tenha tributação pelo Supersimples.

Chamada de Política de Desenvolvimento Competitivo, a nova versão da política industrial terá metas e medidas até 2015 e seu lançamento depende do acerto com o Ministério da Fazenda do valor total das desonerações tributárias que passariam a valer a partir do próximo ano.

O programa está dividido em quatro blocos: desoneração tributária; fortalecimento do comércio exterior; inovação tecnológica e investimentos, no mesmo modelo da sua versão anterior no governo Lula, a Política de Desenvolvimento Produtivo.

No pacote, o governo deseja endurecer os critérios de financiamento do BNDES, fazendo com que seja dirigido a setores com amplo uso de conteúdo nacional. Empresas que usam muito importados seriam impedidas de obter empréstimos do banco.

Está em estudo acelerar a depreciação de máquinas e equipamentos, mecanismo que permite às empresas declarar o

valor pago na aquisição desses produtos como despesa, o que reduz o lucro final e o valor pago como Imposto de Renda.

### INSUFICIENTE

Enquanto o governo se prepara para lançar sua nova política industrial, estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) mostra que a última versão fracassou em suas metas.

Para a Fiesp, a política industrial do governo Lula foi "pouco ousada", valendo-se de "desonerações pontuais" e "linhas de crédito mais caras e de mais difícil acesso" do que em outros países.

O governo, porém, não está disposto a atender a todas as sugestões da entidade.

A Fiesp defende desoneração total dos encargos trabalhistas da indústria de transformação, transferindo essa carga tributária sobre a folha de pagamento para outros setores da economia.

A equipe de Dilma não concorda com essa sugestão e tende a não incluir a desoneração da folha em sua proposta de política industrial, enviando o projeto separadamente em outro momento.

"O Brasil enfrenta um processo de desindustrialização precoce. Para revertê-lo, a nova política industrial é fundamental, mas não suficiente. É preciso modificar a política macroeconômica", diz Paulo Skaf, presidente da entidade.

Para o coordenador do estudo, o diretor de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, inovar é imprescindível, mas não vai adiantar enquanto o Brasil for "campeão de taxas de juros, ter uma carga tributária elevada e uma infraestrutura sofrível".

A Fiesp concorda com o argumento do governo de que um dos motivos para o fracasso das metas foi a crise mundial em 2008 e 2009.

A entidade destaca, porém, que o governo poderia ter adotado medidas para reduzir os juros mais fortemente, o que teria permitido uma recuperação mais sustentável do país logo depois da crise.

	VEÍCULO CORREIO DA PARAÍBA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fábrica da Fiat beneficiará a Paraíba</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Presidente da Fiep explica que João Pessoa é um polo bem mais próximo para Goiana, do que Recife, o que deve gerar diversas oportunidades para a região Metropolitana da Capital**

**Thadeu Rodrigues**

A indústria paraibana pode ser impulsionada com o fornecimento de autopeças para a nova fábrica da Fiat, que será instalada em Goiana, Pernambuco. De acordo com Buega Gadelha, presidente da Federação da Indústria do Estado da Paraíba (Fiep), a região que vai do litoral paraibano até Campina Grande têm potencial de receber diversas fábricas do setor. Além disso, João Pessoa e Campina Grande são potenciais polos exportadores de mão de obra qualificada para todas as funções da indústria da Fiat.

“Diversos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa podem aproveitar este mercado, como Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Conde, e até Campina Grande. A localização da Paraíba é essencial para o fechamento de diversos negócios que podem concorrer para o desenvolvimento do nosso Estado”, diz Buega Gadelha.

O presidente da Fiep explica que João Pessoa é um polo bem mais próximo para Goiana, do que Recife, o que deve gerar diversas oportunidades para a região Metropolitana da Capital. “Com a oferta de aproximadamente quatro mil empregos na fábrica toda a economia da região será beneficiada com o aumento da população empregada ou com melhores salários”, ressalta ele.

Buega Gadelha explica que em municípios como Alhandra, Conde, Caaporã e Pitimbu, a atividade industrial está se consolidando, e está bastante integrada com Goiana, no que se refere a outros setores industriais, como o de cimento e o sucroalcooleiro. “Esta confluência já existe e vai ser implementada. A fronteira entre Paraíba e Pernambuco é virtual”, declara ele.

Conforme Buega Gadelha, o empreendimento deve gerar quatro mil empregos, mas ele não estima um quantitativo que pode ser destinado aos paraibanos. “Isto vai depender do processo de seleção, mas posso afirmar que o paraibano é muito qualificado para este trabalho. Temos engenheiros que são convocados a trabalhar em diversas montadoras, como a da Volkswagen, no Rio de Janeiro, a da Hiunday, em Anápolis, ou a da Honda, em **Manaus**”, destaca o presidente da Fiep.

Ele ressalta o potencial da formação profissional dos paraibanos nas áreas de metal, mecânica, pneumática e robótica. “Temos excelentes cursos de nível superior e profissionalizantes. São universidades estaduais e federais, centro de tecnologia, e as escolas do Senai, sendo uma em João Pessoa e duas em Campina Grande”, afirma.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Pacote 'Brasil Maior' vai socorrer setor industrial</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Claudia Safatle | De Brasília**

**O governo anuncia nos próximos dias a nova política industrial e as bases da desoneração da folha de salários das empresas, num conjunto de medidas para melhorar a competitividade da indústria, erodida pela valorização do real. A presidente Dilma Rousseff pediu aos técnicos do governo para rever todos os onze regimes tributários especiais. Serão criados novos incentivos fiscais para as áreas onde está havendo esvaziamento da cadeia produtiva, a exemplo do setor têxtil, e também para a indústria de tecnologia de informação e comunicação**

A nova política, cujo nome não está decidido, mas pode ser **Brasil Maior**, pretende elevar a taxa de investimento do país para 23% a 24% do **PIB**, em comparação aos 19% do **PIB** atuais, uma necessidade para que o país possa crescer 5% ao ano sem pressionar a inflação.

A desoneração da folha de salários deve ser proposta ao Congresso, se os estudos ficarem prontos por ocasião do anúncio da nova política industrial. Algumas controvérsias sobre a desoneração estão praticamente resolvidas. Ela deverá ser linear e não focada em alguns segmentos; e de implementação gradual, zerando a contribuição patronal sobre a folha no período de quatro anos.

Não está acertado, porém, qual tributo colocar no lugar para financiar a Previdência. Nesse aspecto, a presidente Dilma Rousseff deverá arbitrar entre três

propostas. Uma delas é o ressurgimento da CPMF, como defende a Confederação Nacional de Serviços. Considera-se, também, a possibilidade de criar uma alíquota adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, nesse caso, a mudança da base de incidência seria da folha para o lucro líquido. A terceira hipótese seria recalibrar a alíquota da Cofins sobre o faturamento das empresas.

**Em todos os casos, a desoneração funcionará como política protecionista, já que exportações não pagam esses impostos e as importações pagarão.**

A política industrial vai tratar, ainda, das compras governamentais, que em 2010 somaram R\$ 64 bilhões e que continuarão a dar preferência a produtos nacionais. O decreto que estabelece o índice de nacionalização para essas compras deverá ser renovado. As compras governamentais são concentradas em quatro áreas. Em 2010, representaram R\$ 15 bilhões no **Ministério** da Defesa, R\$ 12 bilhões nos Transportes, R\$ 10 bilhões na Educação e R\$ 6,3 bilhões na Saúde. O complexo saúde responde por 8,4% do **PIB** e gera déficit comercial de US\$ 10 bilhões. Esse é um dos setores mais promissores, na visão do governo, para se desenvolver com os incentivos adequados.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BMW já negocia área para fábrica no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Júlia Pitthan**

**Após anunciar, durante a divulgação dos resultados financeiros do primeiro trimestre, em Munique, o interesse em instalar uma fábrica de carros na América do Sul, a BMW avança nos estudos de áreas para receber seus investimentos. Em negociação com o governo de Santa Catarina desde maio, quando uma comitiva liderada pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) se reuniu com o presidente da montadora no Brasil, Jörg Henning Dornbusch, a empresa envia representantes esta semana ao Estado para detalhar a proposta. A comitiva deve visitar Santa Catarina hoje e amanhã - a agenda de viagens prevê visita a outros Estados.**

Procurada, a BMW informou, por meio da assessoria de imprensa, que mantém negociações como parte de um estudo que vem sendo realizado no Brasil. Segundo a nota, as negociações (incluindo as com os outros Estados) vêm sendo realizadas entre os membros do projeto do Brasil e da Alemanha.

Além de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais fizeram proposta para atrair a montadora. Como a

empresa já mantém, desde dezembro de 2009, uma linha de montagem de motocicletas em Manaus, o Amazonas também é candidato.

Segundo Pinho Moreira, no primeiro contato, em maio, o governo apresentou as condições logísticas e de infraestrutura do Estado. Segundo Pinho Moreira, a comitiva também destacou a oferta de mão de obra qualificada, com um polo metal-mecânico instalado no Norte e as boas condições dos portos. De acordo com o vice-governador, a decisão deve sair este ano.

No Norte, a cidade mais cotada para o investimento é Araquari. O município faz divisa com Joinville, que irá sediar a fábrica de motores da GM. Na região da Grande Florianópolis, Biguaçu se apresentou como candidata. Segundo o procurador-geral do município, Anderson Nazário, a prefeitura irá entregar levantamento com possíveis áreas hoje para o governo estadual.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>LDO reduz fiscalização legislativa sobre obras</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Caio Junqueira | De Brasília

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser apreciado pelo Congresso Nacional a partir de hoje, expõe em seu texto diversos pontos de fragilidade que não impedem a prática de irregularidades administrativas com o orçamento e centraliza ainda mais, nas mãos do Executivo, a execução e fiscalização dos recursos federais. Um desses pontos foi encaminhado como adendo pelo **Ministério** do Planejamento no dia 5 de julho, véspera da queda do ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, cuja área esteve nos últimos dias bombardeada por denúncias de superfaturamento e transgressões na aplicação das verbas orçamentárias. O Executivo simplesmente cortou parte do artigo 127, que estabelecia que as regras sobre obras com indícios de irregularidades graves teriam eficácia "até a aprovação, pelo Congresso Nacional, de normas específicas sobre a matéria". Na nova redação, essas regras terão eficácia "até a publicação de legislação específica que regule a matéria". Na prática, a norma retirou parte do poder que o Congresso detém para deliberar sobre a fiscalização que o próprio Legislativo faz sobre essas obras.

Ao lado de outros artigos da LDO, assessores legislativos apontam que isso possibilita a extrapolação dos poderes do Executivo sobre o Legislativo. Por exemplo, o parágrafo 1º do artigo 99, que trata da fiscalização de obras com irregularidades graves. Ele descreve que caberá apenas aos órgãos gestores dos sistemas de informação credenciar os habilitados a acessar dados, por exemplo, do Sistema de **Monitoramento** do Programa de Aceleração do Crescimento (SISPAC). Ainda nesse artigo, o governo recuou e excluiu o acesso, ainda que de cidadãos e órgãos credenciados, a sistemas cruciais para a fiscalização de obras, como Sistema Integrado de Administração Financeira do **Governo Federal** (SIAFI), Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e Sistema de Informação das Estatais (SIEST).

De acordo com técnicos que participaram de reuniões com o **Ministério** do Planejamento, a mudança no texto teve por objetivo esclarecer melhor as regras de controle. segundo argumentam, há certas questões referentes à fiscalização de

obras que não podem, pela Constituição, serem atribuição exclusiva do Congresso Nacional.

O governo proibiu também o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Márcio Reinaldo (PP-MG), de incluir no Orçamento de 2012 as emissões de títulos do Tesouro para o **BNDES** e para o Fundo Soberano. A emenda foi formulada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG) e prevê que, se o governo optar por conceder empréstimos via **BNDES** após a aprovação da lei orçamentária, terá que encaminhar ao Congresso um pedido de crédito adicional. Isso ampliaria o controle do Legislativo sobre esses procedimentos.

"Eu apoiei inicialmente essa emenda, mas depois o governo e o secretário de Tesouro Nacional (Arno Augustin), principalmente ele, disse que iria enrolar muito o processo de liberação de empréstimos e que se fosse necessário propor ao governo o veto, se a emenda passasse", disse Reinaldo, para quem Augustin "é muito radical, é 8 ou 80". "Não é possível ter muita linha de convergência com ele", afirmou, ontem, ao Valor.

No entanto, segundo o deputado, há chance de a emenda passar na Comissão Mista de Orçamento que apreciará, a partir de hoje, a LDO, uma vez que há o sentimento entre os parlamentares da importância de controlar os recursos do **BNDES**, ainda mais após o episódio envolvendo a possível compra do Carrefour pelo Pão de Açúcar. "Fica evidente a necessidade de um controle desse, ainda mais com esse episódio. Acho que pode estabelecer uma disciplina. Mas acabei retirando do relatório, porque notei que o que o Tesouro fala o governo acata", concluiu.

Esse, contudo, foi apenas mais um aspecto em que o Executivo atuou nas negociações para evitar ampliação do controle sobre o Orçamento de 2012. Em outro trecho da LDO, ele volta a limitar a atuação do Congresso, ao se permitir realizar qualquer alteração da fonte de recursos ou do grupo de despesa de uma programação orçamentária mediante a publicação de uma portaria ministerial, contanto que não haja mudança no valor global previsto. Assim, poderá editar portarias para deslocar recursos dentro do Orçamento, sem precisar da aprovação, pelos deputados e senadores, de projetos de lei de crédito adicional.

Até mesmo a possibilidade de executar a lei orçamentária sem sua aprovação no Congresso é vislumbrada pelo Palácio do Planalto. Segundo a legislação, se a lei não for sancionada pela presidente até 31 de dezembro, é permitido ao Executivo efetuar gastos para pagamento de pessoal e do custeio da máquina pública. De uns anos para cá, porém, o governo começou a querer incluir nesse rol os investimentos. Neste ano, por exemplo, o governo quer poder gastar, se não aprovado o orçamento, com investimentos e inversões financeiras em obras do PAC, financiamentos a estudantes, a obras em andamento do orçamento decorrentes de investimento das estatais, e com o aumento da participação da União no capital de empresas para execução de obras em andamento. o governo também é contrário a indicar as programações orçamentárias das obras relacionadas a Copa

do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, algo que facilitaria o acompanhamento dos recursos.

O relator defende a transparência do Orçamento, mas dentro de um processo de negociação sob pena de a presidente vetar alguns artigos quando for sancionar o projeto. "Quanto mais transparência melhor. Quanto mais a coisa estiver sem a ditadura de um grupo pequeno, melhor. O orçamento hoje não sofre nem nunca sofreu controle.

Ele disse também que, para que as negociações tenham resultado, as duas partes têm de ceder, mas que tem visto a oposição forçar muitas emendas, focar em temas menores e não priorizar o que considera mais fundamental para deputados e senadores: garantir que as emendas parlamentares não sejam contingenciadas e que haja limites para o crescimento dos restos a pagar.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mercadante quer replicar modelo de tablets em outros produtos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**SABINE RIGHETTI**

## ENVIADA ESPECIAL A GOIÂNIA

**O ministro Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) quer expandir o modelo de produção dos tablets para outros produtos de TI (tecnologia da informação).**

O anúncio foi feito nesta segunda-feira, durante conferência que abriu a 63ª reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em Goiânia.

"Precisamos de uma política industrial que estimule o conteúdo local. Começamos a fazer isso com os tablets e agora vamos expandir", disse Mercadante.

O modelo de produção de tablets, alinhado por Mercadante, define que as empresas devem começar com pelo menos 20% do aparelho produzido aqui (e não apenas montado no país).

"Já temos nove empresas licenciadas e vamos começar a produzir em setembro."

De acordo com ele, a expansão do modelo de produção dos tablets no Brasil deve atingir produtos como celulares, computadores e TVs.

O ministro também destacou a necessidade de estimular a produção de softwares nacionais --e falou até em software livre.

"A evolução tecnológica também se dá também de forma colaborativa. Não podemos criminalizar o software livre, é um erro punir aqueles que querem criar."

## MERCADO INTERNO

Mercadante enfatizou ainda que, diferentemente de países como China e Índia, no Brasil o vetor determinante da economia é o mercado interno.

Por isso, faz sentido que as empresas desenvolvam aqui produtos voltados para o mercado nacional.

Isso movimentaria a atividade de pesquisa e desenvolvimento no setor privado, que ainda patina com pouco recursos.

Hoje, o Brasil investe 1,2% do seu PIB (Produto Interno Bruto) em ciência e tecnologia, sendo que apenas 0,54% do total sai do setor privado.

"Se tirarmos a Petrobras, o investimento privado em ciência quase desaparece", ressaltou.

Já as empresas de países considerados "concorrentes", como a Coreia do Sul, chegam a investir 2% do seu PIB em pesquisa.

"O Estado tem de melhorar o investimento em ciência e tecnologia, mas o setor privado tem muito a fazer. As empresas acham que inovar é comprar máquinas", disse.

A ideia de Mercadante é atrair mais investimentos privados para pesquisa e, assim, driblar o corte de cerca de 20% do orçamento que o MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) sofreu no início do ano.